

Veículo: bahia.ba	
Data: 18/02/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

BAHIA

Publicado em 17/02/2020 às 19h20.

Operação Posto Legal chega a 196 estabelecimentos fiscalizados

Compõem a força-tarefa da operação Procon-BA, Ibametro, Agência Nacional do Petróleo e Secretaria da Segurança Pública, com apoio da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado

Redação



Foto: Ciete Silvério /Fotos Públicas

Vinte e sete autos de infração emitidos, com 18 bicos de combustíveis interditados, e mais 27 notificações expedidas em função de irregularidades prejudiciais ao consumidor foram os principais problemas identificados na oitava etapa da Operação Posto Legal, realizada entre os dias 11 e 13 de fevereiro e em 24 postos dos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas. Com esta etapa, já são 196 postos fiscalizados em todo o estado desde o lançamento da operação, em agosto de 2019, e o objetivo é alcançar todos os estabelecimentos baianos, podendo ainda haver retorno àqueles já fiscalizados.

Reunindo a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibametro), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Departamento de Polícia Técnica (DPT), com o apoio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), e das polícias Civil e Militar, a Operação Posto Legal tem o objetivo de verificar a qualidade e a quantidade do combustível vendido na Bahia, além de outras irregularidades prejudiciais ao consumidor.

Outros resultados

Responsável pela aferição da qualidade do combustível fornecido pelos postos aos consumidores, a ANP emitiu sete notificações para apresentação de documentos e recolheu 25 amostras de combustíveis para análise posterior em laboratório. Já o Procon emitiu cinco autos de infração relacionados a direitos do consumidor, incluindo produtos vencidos ou sem preço e ausência do Código de Defesa do Consumidor em local visível e de fácil acesso.

O Ibametro, que afere se a quantidade de combustível paga pelo consumidor corresponde à entregue pela bomba, verificou 147 bicos, com 102 aprovados e 45 reprovados. Destes, 18 foram interditados e 27 alvos de notificação. Foram emitidos também cinco autos de infração. Os principais problemas identificados foram mangueiras danificadas, bombas em mau estado de conservação, erros de vazão e erros de medição em prejuízo ao consumidor.

A Secretaria da Fazenda, por sua vez, lavrou dois autos de infração pela utilização de máquina de cartão de crédito e débito vinculada a um endereço diferente da localização do estabelecimento fiscalizado, o que gerou multas de R\$ 13,5 mil em cada caso, e multou 15 estabelecimentos pelo não recolhimento total ou parcial da taxa do Fundo de Aperfeiçoamento do Serviço Policial (Feaspol). A Sefaz-Ba também realizou levantamento de estoque dos combustíveis em todos os postos visitados e verificou a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Resultados de 2019

Um posto em Vitória da Conquista que utilizava dispositivo para entregar menos combustível ao consumidor e ainda vendia gasolina com 96% de etanol anidro, quando o limite legal é 27%, outro em Anguera que também comercializava gasolina contendo mais de 90% de etanol anidro e um terceiro em Conceição do Jacuípe com 77% de álcool na gasolina comum e 79% na aditivada foram as fraudes mais graves encontradas pela Operação Posto Legal em 2019.

Os casos, que alcançaram repercussão nacional, tiveram as fraudes devidamente comprovadas por laudos da ANP e do DPT, para a adulteração do combustível, e do Ibametro, para a fraude na quantidade entregue ao consumidor, e geraram inquéritos abertos pela Polícia Civil, além das devidas sanções administrativas por parte dos órgãos integrantes da Posto Legal.

O impacto da iniciativa baiana tem sido tão positivo junto à população que o modelo começou a ser exportado: em dezembro, foi lançada no Piauí a Operação Tira Teima Combustível Legal, nos mesmos moldes, já com resultados importantes relacionados a fraudes na qualidade do combustível.

Veículo: Site Secom	
Data: 18/02/2020	Caderno: Fazenda

Fazenda

Operação Posto Legal chega a 196 estabelecimentos fiscalizados na Bahia

Vinte e sete autos de infração emitidos, com 18 bicos de combustíveis interditados, e mais 27 notificações expedidas em função de irregularidades prejudiciais ao consumidor foram os principais problemas identificados na oitava etapa da Operação Posto Legal, realizada entre os dias 11 e 13 de fevereiro, em 24 postos dos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Com esta etapa, já são 196 postos fiscalizados em todo o estado desde o lançamento da operação, em agosto de 2019. O objetivo é alcançar todos os estabelecimentos baianos, podendo ainda haver retorno àqueles já fiscalizados.

Reunindo a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Departamento de Polícia Técnica (DPT), com o apoio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), e das polícias Civil e Militar, a Operação Posto Legal tem o objetivo de verificar a qualidade e a quantidade do combustível vendido na Bahia, além de outras irregularidades prejudiciais ao consumidor.

Outros resultados

Responsável pela aferição da qualidade do combustível fornecido pelos postos aos consumidores, a ANP emitiu sete notificações para apresentação de documentos e recolheu 25 amostras de combustíveis para análise posterior em laboratório. Já o Procon emitiu cinco autos de infração relacionados a direitos do consumidor, incluindo produtos vencidos ou sem preço e ausência do Código de Defesa do Consumidor em local visível e de fácil acesso.

O Ibmetro, que afere se a quantidade de combustível paga pelo consumidor corresponde à entregue pela bomba, verificou 147 bicos, com 102 aprovados e 45 reprovados. Destes, 18 foram interditados e 27 alvos de notificação. Foram emitidos também cinco autos de infração. Os principais problemas identificados foram mangueiras danificadas, bombas em mau estado de conservação, erros de vazão e erros de medição em prejuízo ao consumidor.

A Secretaria da Fazenda, por sua vez, lavrou dois autos de infração pela utilização de máquina de cartão de crédito e débito vinculada a um endereço diferente da localização do estabelecimento fiscalizado, o que gerou multas de R\$ 13,5 mil em cada caso, e multou 15 estabelecimentos pelo não recolhimento total ou parcial da taxa do Fundo de Aperfeiçoamento do Serviço Policial (Feaspol). A Sefaz-BA também realizou levantamento de estoque dos combustíveis em todos os postos visitados e verificou a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Resultados de 2019

Um posto em Vitória da Conquista que utilizava dispositivo para entregar menos combustível ao consumidor e ainda vendia gasolina com 96% de etanol anidro, quando o limite legal é 27%; outro em Anguera, que também comercializava gasolina contendo mais de 90% de etanol anidro; e um terceiro em Conceição do Jacuípe, com 77% de álcool na gasolina comum e 79% na aditivada, foram as fraudes mais graves encontradas pela Operação Posto Legal em 2019.

Os casos, que alcançaram repercussão nacional, tiveram as fraudes devidamente comprovadas por laudos da ANP e do DPT, para a adulteração do combustível, e do Ibmetro, para a fraude na quantidade entregue ao consumidor, e geraram inquéritos abertos pela Polícia Civil, além das devidas sanções administrativas por parte dos órgãos integrantes da Posto Legal.

O impacto da iniciativa baiana tem sido tão positivo junto à população que o modelo começou a ser exportado. Em dezembro, foi lançada no Piauí a Operação Tira Teima Combustível Legal, nos mesmos moldes, já com resultados importantes relacionados a fraudes na qualidade do combustível.

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 17/02/2020	Programa: --
Assunto: <u>Operação Posto Legal.</u>	

Data: 17/02/2020

Hora: 17:47:37

Duração: 00:00:39

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS 17/18

Apresentador(a): MARIA LORENA ALVES

Categoria:

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Chega a 196 o número de estabelecimentos fiscalizados pela **operação Posto Legal** na Bahia. Somente entre os dias 13 de fevereiro foram emitidos 27 autos de infração e 18 bicos de combustíveis foram interditados em 24 postos de Camaçari e Lauro de Freitas, RMS. Esta foi a oitava etapa da operação, que é realizada em conjunto entre Procon, Ibametro, Instituto baiano de metrologia e qualidade, ANP e DPT. O apoio é dado pela Sefaz, PM e Polícia Civil.

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 17/02/2020	Programa: --
Assunto: <u>Resultado Nota Premiada Bahia.</u>	

Data: 17/02/2020

Hora: 11:14:59

Duração: 00:00:57

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS 11/12

Apresentador(a): ARTHUR QUEIROZ

Categoria:

Citação Direta: Não

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Será divulgada nesta quinta-feira o resultado do novo sorteio da campanha Nota Premiada Bahia. Os bilhetes com os participantes estão disponíveis no site.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/02/2020	Caderno: Economia



PEDIDO DE URGÊNCIA DE EMPRÉSTIMO DO GOVERNO É ADIADO NOVAMENTE



17 Fevereiro, 2020

Mais uma vez o pedido de urgência para empréstimo do Governo da Bahia foi adiado e pelo mesmo motivo: falta de quórum. Apesar de 54 deputados terem marcado presença na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), apenas dez compareceram em plenário.

Na última quarta, 11, apenas 29 parlamentares da base governista compareceram, o que também impediu a votação. O projeto de Lei nº 23.747/2020 prevê a contratação de operação de crédito interno no valor de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil.

Governadores reagem a Bolsonaro

Governador da Bahia reclama de perseguição do presidente e diz que quer governar em paz

Por Cristiane Agostine e Malu Delgado — De São Paulo

18/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Rui Costa: “Se quer perseguir a Bahia, se não quer ajudar, pelo menos me permita governar em paz”, diz governador — Foto: Sílvia Costanti/Valor

Em carta divulgada ontem, 20 governadores criticaram o presidente Jair Bolsonaro por tentar vincular a morte do miliciano Adriano da Nóbrega ao PT e ao governo da Bahia, comandado pelo petista Rui Costa. No documento, os governadores afirmaram que Bolsonaro assumiu uma postura de embate contra os Estados e reclamaram também da falta de diálogo sobre a reforma tributária.

Os governadores de 19 Estados e do Distrito Federal cobraram do governo federal respeito aos “limites institucionais”, disseram que a atuação de Bolsonaro não contribui com a democracia e pediram ao governo federal “equilíbrio, sensatez e diálogo”.



“Recentes declarações do presidente da República Jair Bolsonaro confrontando governadores, ora envolvendo a necessidade de reforma tributária, sem expressamente abordar o tema, mas apenas desafiando governadores a reduzir impostos vitais para a sobrevivência dos Estados, ora se antecipando a investigações policiais para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus governadores, não contribuem para a evolução da democracia no Brasil”, afirmaram os 20 signatários da “Carta dos governadores em defesa do pacto federativo”.

O documento é uma resposta às declarações do presidente sobre a morte de Adriano da Nóbrega, ex-capitão da PM ligado ao ex-deputado e senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ). No sábado, ao falar pela primeira vez publicamente sobre a morte de Nóbrega, Bolsonaro disse que a PM da Bahia é a responsável pela “execução sumária” do miliciano e indicou que houve “queima de arquivo” pelo governo baiano. O presidente afirmou ainda que o governador Rui Costa é amigo de bandidos condenados e citou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O miliciano foi alvo de operação que envolveu as polícias baiana e fluminense, estava foragido e foi morto no dia 9, em Esplanada, no interior da Bahia. Nóbrega era suspeito de integrar um grupo de assassinos profissionais e de atuar com jogo do bicho e máquinas caça-níqueis. O ex-capitão da PM foi citado na investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro, que apura se houve um esquema de “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro, quando o filho do presidente e atual senador era deputado estadual. Segundo o MP-RJ, as contas de Nóbrega foram usadas para transferir recursos ilícitos a Fabrício Queiroz, então assessor de Flávio e suspeito de comandar um esquema de desvio de dinheiro público. O miliciano foi condecorado por Flávio com a mais alta honraria da Assembleia do Rio.

Signatário da carta e alvo das críticas de Bolsonaro, o governador da Bahia cobrou ontem respeito do presidente. Em uma edição especial das transmissões ao vivo que faz nas redes sociais, Costa citou a reportagem sobre a morte do miliciano que foi veiculada no “Fantástico”, no domingo. “Durante cinco anos e quase dois meses eu tenho governado com muita serenidade, parcimônia, evitando o disse-me-disse da política. Mas não abro mão de defender a Bahia e os baianos”, afirmou o governador.

Sem citar nenhum detalhe do episódio e da operação que culminou na morte de Nóbrega, o governador da Bahia afirmou: “Quero governar em paz”. “Se quer perseguir a Bahia, se não quer ajudar, pelo menos me permita governar em paz.” Segundo Costa, o governo federal tem uma dívida de R\$ 400 milhões com o Estado, pelo fato de o Ministério da Saúde se recusar a credenciar novos hospitais.

Costa mencionou, ainda, que governadores cobram de Bolsonaro o respeito à democracia e ao pacto federativo. “Que o presidente da República pare de agredir prefeitos, governadores”, afirmou. Segundo o petista, os governadores querem ser chamados pela Presidência para discutir problemas relevantes do país, como o desemprego e a desigualdade social, “e não serem agredidos de forma permanente e regular”.

A carta divulgada ontem, do qual Costa é um dos signatários, não foi assinada pelos governadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Mauro Mendes (DEM-MT), Mauro Carlesse (DEM-TO), Carlos Moisés (PSL-SC), Ratinho Júnior (PSD-PR), Marcos Rocha (PSL-RO) e Antonio Denarium (PSL-RR).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Compre agora esse sapatênis causal de couro legítimo

Governadores criticam fala de Bolsonaro sobre miliciano

CARTA ABERTA Vinte governadores assinaram, ontem, carta aberta em que criticam as declarações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre a morte do ex-tenente do Bope carioca, Adriano da Nóbrega, apontado como chefe da milícia Escritório do Crime. No texto, os governadores dizem que as afirmações do chefe do Executivo nacional "não contribuem para a evolução da democracia no Brasil".

Eles também citam os comentários de Bolsonaro sobre a investigação da morte da vereadora Marielle Franco. A carta diz que o presidente "se antecipa às investigações para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus governadores".

No sábado, 15, o presidente afirmou que o governador

da Bahia, Rui Costa (PT), "mantém fortíssimos laços" com bandidos e que a "PM da Bahia, do PT" foi a responsável pela morte do miliciano Adriano Magalhães da Nóbrega. Bolsonaro também já disse que o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), seria o responsável pelo vazamento de um depoimento que cita seu nome no âmbito da investigação da morte de Marielle Franco.

A carta também menciona o episódio em que o presidente desafiou os governadores para que reduzissem, segundo eles, "impostos vitais à sobrevivência dos Estados". Há duas semanas, Bolsonaro reagiu às críticas de chefes dos Executivos estaduais sobre a intenção do governo de alterar a forma de cobrança do ICMS sobre a

gasolina e o diesel. "Eu zero o (imposto) federal, se zerar ICMS. Está feito o desafio aqui. Eu zero o (imposto) federal hoje e eles (governadores) zeram o ICMS", declarou o presidente.

O documento assinado pelos governadores afirma ainda que "equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera". Os governadores também convidam Bolsonaro para participar do próximo Fórum Nacional de Governadores, marcado para o dia 14 de abril.

Assinaram a carta: Gladson Cameli (AC), Renan Filho (AL), Waldez Góes (AP), Wilson Lima (AM), Rui Costa (BA), Camilo Santana (CE), Ibaneis Rocha (DF), Renato Casagrande (ES), Flávio Dino (MA), Reinaldo Azambuja (MS), Romeu Zema (MG), Helder Barbalho (PA), João Azevedo (PB), Paulo Câmara (PE), Wellington Dias (PI), Wilson Witzel (RJ), Fátima Bezerra (RN), Eduardo Leite (RS), João Doria, (SP) e Belivaldo Chagas (SE).

Em outubro, oito governadores do Nordeste foram solidários ao colega de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), chamado de 'espertalhão' pelo presidente da República. Na ocasião, Câmara fez propaganda da versão estadual do 13º do Programa Bolsa Família.

FOLHA DE S.PAULO

Governadores criticam declaração de presidente sobre morte de miliciano

Bolsonaro insinuou que polícia da Bahia, governada pelo PT, matou Adriano de propósito

Julia Chaib e
João Pedro Pitombo

BRÁSILIA E SALVADOR Vinte governadores elaboraram uma carta "em defesa do pacto federativo" na qual criticam declarações de Jair Bolsonaro (sem partido), feitas no último fim de semana, sobre a morte do miliciano Adriano da Nóbrega, na Bahia.

Na nota, divulgada nesta segunda (17), eles citam recentes falas do presidente "confrontando os governadores" e "se antecipando a investigações policiais para atribuir graves fatos à conduta das polícias e seus governadores".

A iniciativa de se posicionar contra as falas de Bolsonaro partiu do governador Wilson Witzel (PSC-RJ) e foi endossada em seguida por João Dória (PSDB-SP). Ambos são adversários políticos do presidente. Depois, outros governadores cancelaram a proposta.

A carta, divulgada pelo Fórum dos Governadores, começou a ser gestada no fim de semana, depois de Bolsonaro ter acusado a "PM da Bahia, do PT" de ter promovido a "provável execução" de Adriano, ex-capitão do Bope morto em operação conjunta das polícias baiana e fluminense no último dia 9.

O presidente insinuou que pode ter havido queima de arquivo pela polícia da Bahia, o que foi rebatido pelo governador do estado, Rui Costa (PT).

Investigações apontam que Adriano atuava em diferentes atividades ilegais: milícia, jogo do bicho, máquinas caça-níqueis e homicídios profissionais. Homenageado duas vezes na Assembleia Legislativa do Rio pelo hoje senador Flávio Bolsonaro (sem partido), o ex-PM é citado na investigação que apura a prática de "rachadinha" (esquema de devolução de salários) no gabinete do filho do presidente quando ele era deputado estadual. O miliciano teve ainda a mãe e uma ex-mulher nomeadas por Flávio na Alerj.

O próprio Bolsonaro defendeu Adriano em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, em 2005, quando era deputado federal. Ele criticou a condenação por homicídio do ex-policial militar e o chamou de "brilhante oficial". A carta dos governadores



O governador da Bahia, Rui Costa (PT), discursando em evento em Salvador nesta segunda. Manu Dias/Divulgação

Recentes declarações do presidente confrontando governadores [...] não contribuem para a evolução da democracia no Brasil. É preciso observar os limites institucionais com a responsabilidade que nossos mandatos exigem. Equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera de nós

governadores em carta divulgada nesta segunda-feira com críticas ao presidente

também aborda declarações de Bolsonaro sobre a reforma tributária. Segundo eles, o presidente se referiu à reforma, "sem expressamente abordar o tema, mas apenas desafiando governadores a reduzir impostos vitais para a sobrevivência dos estados".

No último dia 5, Bolsonaro disse que zeraria o imposto federal sobre os combustíveis se os gestores estaduais zerassem o ICMS. "Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok?", afirmou.

A conduta do presidente, avaliam os governadores, não contribui "para a evolução da democracia no Brasil".

"É preciso observar os limites institucionais com a responsabilidade que nossos mandatos exigem. Equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera de nós", diz a nota.

"Trabalhando unidos conseguiremos contribuir para melhorar a qualidade de vi-

da dos brasileiros, pela redução da desigualdade social e a busca pela prosperidade econômica. Juntos podemos atuar pelo bem do Brasil e dos brasileiros."

Ao final da carta, eles convidam Bolsonaro a participar de um encontro do fórum, no próximo dia 14 de abril.

Assinam a nota governadores de 20 estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Acre, Amapá, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

Não assinaram a carta Carlos Moisés (PSL-SC), Marcos Rocha (PSL-RO), Antonio Denarium (PSL-RR), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Mauro Mendes (DEM-MT), Mauro Carlesse (DEM-TO) e Ratinho Júnior (PSD-PR).

Em entrevista nesta segunda, Rui Costa afirmou que as últimas declarações do presidente foram recebidas com indignação pelos governadores.

"Estados e municípios não podem ser agredidos de for-

ma regular e constante pelo presidente da República. Governar não é isso, não é agredir prefeitos e governadores toda semana. É preciso dar um basta", afirmou o petista.

Além de criticar o comportamento de Bolsonaro, Costa sugeriu que o presidente se ocupe mais com questões do país e menos dos problemas dos seus filhos.

"Espero que o presidente dedique seu tempo para cuidar do desemprego, do aumento da pobreza e de parar de tirar o Bolsa Família do Nordeste. [...] Ao invés de ficar cuidando dos problemas dos filhos, ele deveria cuidar dos problemas do país", afirmou.

Ele afirmou ainda que não será a polícia da Bahia, mas a do Rio, que vai investigar as possíveis relações do miliciano Adriano da Nóbrega com autoridades do país. Os celulares apreendidos com o ex-capitão, diz o governador, foram remetidos para o Ministério Público do Rio.

"Se há receio de alguém em saber se naqueles telefones existem contatos com autoridades do país, quem vai res-

ponder isso é o Ministério Público do Rio de Janeiro. Não é a Bahia que vai apurar com quem aquele bandido, aquele marginal, mantinha conversas e negociações".

Na primeira vez em que falou sobre a morte do ex-PM, no último sábado (15), o presidente driblou antigas convicções para colocar em xeque a gravidade da atuação criminosa do miliciano.

Bolsonaro criticou a polícia baian por não ter preservado a vida do ex-capitão durante a operação. Normalmente, o presidente é um forte apoiador das polícias —mesmo quando as ações resultam em mortes— e é crítico de defensores de direitos humanos, aos quais geralmente se refere com deboche.

Em outubro do ano passado, por exemplo, durante solenidade no Palácio do Planalto para lançamento de campanha do pacote anticrime, o presidente defendeu policiais que acumulam autos de resistência (mortes em decorrência de ação da polícia).

"Muitas vezes a gente vê que um policial militar ser alçado para uma função e vem a imprensa dizer que ele tem 20 autos de resistência. Tinha que ter 50! É sinal que ele trabalha, que ele faz sua parte e que ele não morreu", afirmou.

No sábado, Bolsonaro também ensaiou uma defesa da presunção de inocência, não replicada no passado diante de condenações de adversários. "Não tem nenhuma sentença transitada em julgado condenando capitão Adriano por nada, sem querer defendê-lo", afirmou.

Quando o ex-presidente Lula foi solto, em novembro do ano passado, Bolsonaro disse que o petista estava momentaneamente livre, mas carregado de culpa, e o chamou de criminoso. Assim como o ex-PM, Lula não tem sentença transitada em julgado.

Os laços de Adriano com a família do presidente podem ir além das contratações de funcionárias. De acordo com o MP-RJ, contas do ex-capitão foram usadas para transferir dinheiro a Fabrício Queiroz, suspeito de comandar o esquema de devolução de salários no antigo gabinete de Flávio Bolsonaro.

Governadores que não assinam a carta crítica ao presidente

- Carlos Moisés (PSL-SC)
- Marcos Rocha (PSL-RO)
- Antonio Denarium (PSL-RR)
- Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- Mauro Mendes (DEM-MT)
- Mauro Carlesse (DEM-TO)
- Ratinho Júnior (PSD-PR)



Entenda a morte de Adriano da Nóbrega, ex-PM acusado de chefiar milícia no RJ e ligado a Flávio Bolsonaro

Quem era Adriano da Nóbrega? Era um ex-capitão do Bope, elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, suspeito de comandar uma milícia na zona oeste do Rio e de integrar um grupo de assassinos profissionais. Ele foi preso e solto três vezes, por um assassinato e uma tentativa de assassinato, mas foi inocentado dos crimes. Foi expulso da PM em 2014 por ter ligação com bicheiros e estava foragido havia cerca de um ano, após operação deflagrada pelo Ministério Público do Rio para prender integrantes da milícia de Rio das Pedras.

Em que circunstâncias ele foi morto? Em uma operação conjunta das polícias da Bahia e do Rio de Janeiro. Ele foi encontrado em Esplanada, interior da Bahia. Segundo a polícia baiana, Adriano estava dentro de uma casa, que foi invadida por policiais. O ex-PM teria reagido e atirado nos agentes, que revidaram. Adriano foi baleado e, de acordo com a versão oficial, foi levado a um hospital da região, mas não resistiu.

Uma funcionária do hospital, porém, disse à **Folha** que ele já chegou morto.

Como foi a operação?

O miliciano estava sozinho em um terreno cercado. Moradores disseram à **Folha** que a operação foi rápida, com barulho de tiros por pouco tempo. A reportagem foi ao local da morte e identificou apenas uma marca de bala dentro da casa, em uma janela de madeira, seguindo a trajetória de dentro para fora.

Onde Adriano estava?

O ex-PM foi encontrado em um sítio do vereador do PSL de Esplanada, Gilson Batista Lima Neto, conhecido como Gilsinho de Dedé. Ele diz que a propriedade estava vazia e que não tinha nenhuma relação com Adriano. Antes, o ex-PM ficou escondido em uma fazenda a cerca de 8 km dali, pertencente ao empresário e pecuarista Leandro Abreu Guimarães. A polícia apreendeu 4 armas e 13 celulares na casa onde ele foi morto — dois não pertenciam a Adriano

e foram devolvidos aos seus respectivos donos.

Qual era a relação de Leandro com Adriano?

O pecuarista, que foi preso durante a operação por porte ilegal de arma, disse em depoimento à polícia que conhecia o ex-PM do circuito de vaquejadas e que achava que ele era criador de cavalos. Também afirmou que Adriano chegou a Esplanada no fim de 2019 e que disse estar à procura de fazendas para comprar na região. Leandro, que negou ter conhecimento do envolvimento do ex-PM com crimes, disse ainda que, na noite anterior à morte de Adriano, foi ameaçado por ele e forçado a levá-lo para o sítio de Gilson.

Por que a polícia duvida da versão de Leandro?

O pecuarista chegou a ser arrolado como testemunha de defesa de Adriano na ação penal em que o ex-PM é acusado de chefiar a milícia de Rio das Pedras, o que indica que tinha conhecimento das acusações contra o miliciano.

Como a polícia chegou ao esconderijo de Adriano?

Leandro não informou o novo esconderijo à polícia. Os policiais identificaram o local a partir de testemunhos de moradores da região, que notaram uma movimentação estranha no local.

Qual a ligação de Adriano com Flávio Bolsonaro?

O ex-policial foi citado na investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro que apura se houve "rachadinha" no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual. Segundo o MP-RJ, contas de Adriano foram usadas para transferir dinheiro a Fabrício Queiroz, então assessor de Flávio e suspeito de comandar o esquema de devolução de salários.

E entre Adriano e Fabrício Queiroz?

Os dois trabalharam juntos no 18º Batalhão da PM. Foi por meio de Queiroz que familiares de Adriano foram contratadas como assessoras no gabinete de Flávio: a mulher do ex-capitão, Danielle Mendonça

da Costa da Nóbrega, de 2007 até novembro de 2018, e a mãe dele, Raimunda Veras Magalhães, de abril de 2016 a novembro de 2018.

Há outras ligações entre os Bolsonaro e Adriano?

Em 2005, enquanto estava preso preventivamente pelo homicídio de um guardador de carros, Adriano foi condecorado por Flávio com a Medalha Tiradentes, a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Rio. O ex-PM também foi defendido por Jair Bolsonaro, então deputado federal, em discurso na Câmara dos Deputados, em 2005, por ocasião da condenação por homicídio. O ex-capitão seria absolvido depois em novo julgamento.

Há suspeita de "queima de arquivo"?

O advogado de Adriano, Paulo Emílio Catta Preta, disse que seu cliente temia ser morto como "queima de arquivo". Laudo da polícia técnica baiana apontou que Adriano foi morto com dois tiros no peito. O escudo utilizado pelos PMs na ação tem sinais

de impacto, e uma perícia avaliará se o equipamento foi alvo de balas. A revista Veja obteve fotos do corpo do ex-PM após passar por autópsia e pediu que legistas analisassem as imagens. Os médicos fizeram ressalvas de que estavam avaliando apenas fotos, e não o corpo, mas disseram que há sinais de que os tiros que o atingiram podem ter sido disparados de distâncias muito curtas. Essa versão foi rebatida pela Secretaria da Segurança da Bahia. A família do ex-PM tenta obter autorização da Justiça para a realização de uma necropsia particular.



Veículo: G1	
Data: 17/02/2020	Caderno: Economia



Em carta, governadores reclamam de postura de Bolsonaro e o convidam para próximo fórum

Documento foi divulgado nesta segunda-feira (17), após polêmicas causadas por declarações do presidente. Nova reunião ocorre em 14 de abril.

Por Reuters

17/02/2020 17h37 Atualizado há 15 horas

Governadores de 19 estados e do Distrito Federal divulgaram nesta segunda-feira (17) uma carta aberta em que reclamam da postura do presidente **Jair Bolsonaro** (sem partido) de se pronunciar sobre temas de alçada estadual sem conversar com os gestores regionais e aproveitaram para convidá-lo para participar do próximo fórum organizado por eles, a ser realizado dia 14 de abril.

"Recentes declarações do presidente da República Jair Bolsonaro confrontando governadores, ora envolvendo a necessidade de reforma tributária, sem expressamente abordar o tema, mas apenas desafiando governadores a reduzir impostos vitais para a sobrevivência dos Estados, ora se antecipando a investigações policiais para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus governadores, não contribuem para a evolução da democracia no Brasil", afirma o documento.

FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES

CARTA DOS GOVERNADORES EM DEFESA DO PACTO FEDERATIVO

Recentes declarações do Presidente da República Jair Bolsonaro confrontando Governadores, ora envolvendo a necessidade de reforma tributária, sem expressamente abordar o tema, mas apenas desafiando Governadores a reduzir impostos vitais para a sobrevivência dos Estados, ora se antecipando a investigações policiais para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus Governadores, não contribuem para a evolução da democracia no Brasil.

É preciso observar os limites institucionais com a responsabilidade que nossos mandatos exigem. Equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera de nós.

Trabalhando unidos conseguiremos contribuir para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, pela redução da desigualdade social e pela busca por prosperidade econômica. Juntos podemos atuar pelo bem do Brasil e dos brasileiros.

Nesse sentido, convidamos o Senhor Presidente da República para o próximo Fórum Nacional de Governadores, a ser realizado em 14 de abril do ano em curso.

Brasília, 17 de fevereiro de 2020.

Carta de governadores enviada ao presidente Jair Bolsonaro — Foto: Reprodução

- **'Os estados e o DF estão quebrados', diz Ibaneis sobre 'desafio' de Bolsonaro para zerar ICMS de combustíveis**
- **Ibaneis diz que é 'irresponsável' forma como Bolsonaro propôs reduzir preço de combustível**
-

Acionado pelo G1 sobre o conteúdo do documento, o Palácio do Planalto não havia se manifestado até a última atualização desta reportagem. A carta se refere indiretamente a embates recentes de Bolsonaro com governadores. Em um deles, o **presidente desafiou-os a zerar o ICMS – um imposto estadual – sobre os combustíveis** para em troca zerar impostos federais para o mesmo produto. Em 2019, a arrecadação do governo federal sobre combustíveis atingiu R\$ 27,4 bilhões.

Além disso, no fim de semana, Bolsonaro indicou que a morte do ex-capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro Adriano da Nóbrega em uma **ação policial na Bahia no último fim de semana pode ter sido uma queima de arquivo**.

Essa hipótese é defendida pelo advogado da vítima, mas a polícia baiana argumenta que o miliciano estava armado e atirou contra os agentes no cerco feito em um sítio no fim de semana passado.

"Quem é responsável pela morte do capitão Adriano? PM da Bahia do PT. Precisa falar mais alguma coisa?", disse Bolsonaro a jornalistas em evento no Rio de Janeiro, ao ter dito depois que a "imprensa está dizendo que foi queima de arquivo".

O documento dos governadores prega que é preciso observar os limites institucionais. "Equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera de nós", avaliou.

A carta disse que trabalhando juntos será possível contribuir com a melhoria de vida dos brasileiros, a redução da desigualdade e busca da prosperidade econômica. E faz o convite para Bolsonaro participar do próximo encontro dos governadores.

Tribuna

Raio Laser

Reação

Governadores de 20 estados elaboraram uma carta "em defesa do pacto federativo" na qual criticam declarações de Jair Bolsonaro, feitas no último final de semana, sobre a morte do miliciano Adriano da Nóbrega, na Bahia. Na nota, divulgada ontem, os governadores citam recentes falas de Bolsonaro "confrontando os governadores" e "se antecipando a investigações policiais para atribuir graves fatos à conduta das polícias e seus governadores". A iniciativa de se posicionar contra as falas de Bolsonaro partiu do governador Wilson Witzel (PSC-RJ), endossada em seguida por João Dória (PSDB-SP). Depois, outros governadores cancelaram a proposta, mas tinha como propósito defender o governador Rui Costa (PT).



Wilson Witzel

Receitas

No Centro de Cultura da Câmara, na audiência que cumpre determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o secretário afirmou que as Receitas Totais foram 9,4% maiores que as de 2018. Com relação às Despesas Correntes, Paulo Souto mostrou que alcançaram R\$ 5,841 bilhões em 2019, representando 6,7% a mais que as de 2018. Já as Receitas Correntes chegaram a R\$ 6,265 bilhões, correspondendo a 7,4% a mais do que as de 2018. Conforme o balanço da Sefaz, as Receitas Tributárias aumentaram em relação ao ano anterior.

Centro de Convenções

O presidente do Instituto Metropolitano de Desenvolvimento Social e empresário, Mauro Cardim, reivindica junto ao governo do Estado a construção do Centro de Convenções em Lauro de Freitas. O governador Rui Costa (PT) cogita construir o Centro de Convenções no Comércio, Cidade Baixa. A ideia é viabilizar o equipamento do Estado em uma Parceria Público-Privada (PPP). Inclusive, empresários espanhóis já manifestaram interesse no negócio.

Contas

As contas da Prefeitura Municipal de Salvador continuam equilibradas, uma vez que as Receitas Totais em 2019 somaram R\$ 7,051 bilhões e as Despesas Totais atingiram R\$ 6,974 bilhões. É o que mostra o Relatório Fiscal do Terceiro Quadrimestre do ano. O balanço que fecha o ano fiscal foi apresentado pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), Paulo Souto, ontem, em audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Os trabalhos foram abertos pelo vereador Joceval Rodrigues (Cidadania), presidente do colegiado, e passados para o vereador Isnard Araújo (PHS).



Paulo Souto

Crescimento

O volume das atividades turísticas na Bahia cresceu 1,3% em 2019, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na quinta-feira (14). Na chamada receita nominal, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Bahia apontou a quarta maior variação do país, com taxa de 6,9% no mesmo período. Os números foram comemorados pelo líder do governo Rui Costa na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Rosemberg Pinto (PT), que atribui o crescimento aos investimentos feitos pelo governo do Estado em obras estruturantes que impactam diretamente no setor, tanto em Salvador, quanto no interior baiano.

Tribuna



\$ocorro federal

A União desembolsou, em janeiro, mais de R\$ 368,24 milhões para arcar com calotes de Estados. Foram R\$ 147,07 milhões da inadimplências de Minas Gerais, R\$ 126,21 milhões do Estado do Rio de Janeiro, R\$ 78,22 milhões de Goiás e R\$ 16,74 milhões do Amapá. Em 2018, o Tesouro

desembolsou R\$ 8 bilhões para cobrir dívidas dos Estados.

Cadeado

As garantias honradas pela União são descontadas dos repasses do Governo, como receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação Estadual.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/02/2020	Caderno: Notícias



Terça, 18 de Fevereiro de 2020 - 10:20

Reforma tributária é mais importante que a administrativa, diz presidente da Câmara

por Angela Boldrini | Folhapress



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a reforma tributária é mais importante neste momento do que a administrativa. "Se só puder fazer uma, a tributária é mais importante do que a administrativa", afirmou Maia, que disse achar possível aprovar as duas reformas.

O presidente deu entrevista para o My News, canal de notícias na internet, nesta segunda-feira (17) em Brasília. "Como você tem PEC do Teto de Gastos, ela vai limitar os gastos públicos ao longo dos próximos 17 anos, então se você falar 'só pode ter uma' eu iria na tributária, porque é o sistema tributário que gera ineficiência e a falta de produtividade do setor privado brasileiro", disse.

"Mas eu tenho convicção de que é possível fazer as duas, principalmente da forma como o governo vai mandar a administrativa, mexendo com os novos servidores. Acho que isso tira muitos dos conflitos, não todos, porque os atuais na verdade não querem que tenha outro sistema", disse. Maia afirmou que a Câmara estuda apresentar, dentro do projeto de reforma tributária, uma proposta de desoneração progressiva da folha de pagamentos -plano diferente daquele defendido pela equipe econômica do governo.

A primeira etapa seria uma isenção da contribuição patronal apenas sobre o primeiro salário mínimo de cada funcionário. A desoneração total viria nos anos seguintes de implementação da reforma. "Essa é uma das hipóteses. O que eu estou propondo é que se faça simulações daquilo que é possível, já na reforma tributária, para trazer o debate da desoneração", disse. "Tem que ser feito de forma escalonada, porque não há recursos para fazer a desoneração da forma como o ministro Paulo Guedes quer."

Essa solução, segundo o presidente da Câmara, seria a maneira de evitar a criação de um novo pagamento para compensar as perdas com a isenção dessa contribuição. A equipe do

governo chegou a cogitar a criação de um tributo nos moldes da antiga CPMF -o que é descartado pelo Congresso. Segundo Maia, os cálculos feitos pelos economistas que auxiliam a Câmara na elaboração da proposta colocam que a desoneração do primeiro salário mínimo reduziria a arrecadação do governo em R\$ 70 bilhões por ano. A desoneração total custaria R\$ 200 bilhões por ano

"É caro. Não adianta a gente achar que, da noite para o dia, resolve R\$ 200 bilhões, porque a solução para resolver isso aí é mais imposto, e a sociedade já paga 36%", declarou. "O governo vai propor a criação de um imposto e vai acabar com quantos? Com nenhum? Vamos concentrar o benefício da desoneração da folha em parte do setor econômico e toda a sociedade vai pagar a conta?", questionou. "Não estou contra a desoneração. Estou dizendo que não é tão simples assim, você vai desonerar e vai gerar emprego."



Empresários se lançam contra PECs da reforma tributária

Para os empresários dos setores de comércio e serviços, projetos só beneficiariam os bancos, as grandes indústrias e o setor de bebidas alcoólicas, enquanto os setores representados por eles, além do agronegócio, seriam os mais prejudicados

Ao lado do ex-secretário da **Receita Federal Marcos Cintra** e do empresário **Flavio Rocha**, um grupo de entidades dos setores de comércio e serviços lançou na segunda, 17, um movimento contra os projetos de **reforma tributária** que tramitam no Congresso.

Eles propõem que seja feita outra reforma, que se basearia em proposta que Cintra defendia **quando estava no governo Jair Bolsonaro**, com desoneração da folha de pagamento e criação de imposto sobre movimentações financeiras, chamada à época de nova CPMF.

O lançamento do movimento contra as PECs ocorreu no Clube Esperia, na zona norte de São Paulo, em um momento em que as discussões para uma reforma tributária voltam a ganhar a força, depois de o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, ter indicado que o tema poderia ser superado ainda neste ano. Também esteve presente no evento o senador **Major Olímpio (PSL-SP)**, anunciado pelas lideranças empresariais como o representante do grupo no Congresso.

Para os empresários dos setores de comércio e serviços que iniciaram o movimento, os projetos que tramitam no Congresso só beneficiariam os bancos, as grandes indústrias e o setor de bebidas alcoólicas, enquanto os setores representados por eles, além do agronegócio, seriam os mais prejudicados.

“Analisando as duas propostas, chegamos à conclusão de que a sociedade civil, as empresas, as entidades empresariais e os trabalhadores não estão sendo ouvidos”, disse

Alfredo Cotait, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que organizou o encontro.

Rodrigo Maia reagiu: “Não é justo que, em vez de estarmos em uma grande mesa de debates da sociedade, inclusive dos empresários, parte dos empresários estarem fazendo campanha contra. Não foi assim que eles trabalharam na (reforma da) Previdência. Mas a Previdência eles não pagam a conta”, disse o presidente da Câmara. De acordo com ele, o projeto da reforma não é aumentar carga tributária, mas simplificar distorções. /**COLABOROU DANIEL WETERMAN, BRASÍLIA**

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/02/2020	Coluna: Economia



Reformas no meio do conflito

MÍRIAM LEITÃO



A proposta de reforma administrativa está sobre a mesa do presidente Jair Bolsonaro há cerca de 60 dias. No início, ele e o grupo palaciano decidiram adiar por causa das tensões no Chile, depois disso foram estabelecidas condições como a de que a área econômica ouvisse outros ministros. Por fim, o presidente avisou que hoje receberá nova proposta e a encaminhará. A reforma tributária também está pronta para ir para o Congresso. Mas irá em fases. A primeira etapa é apenas a fusão do PIS e Cofins. Está prevista para ir para o Congresso em duas semanas. No meio de tudo isso, no pior momento, aumentou a tensão entre o presidente e os governadores.

O governo está perdendo tempo. Este ano legislativo será mais curto por causa da eleição municipal. Por outro lado, a crise federativa já faz queimar a largada dessa agenda de reformas. Na semana passada o presidente Bolsonaro fez uma provocação totalmente descabida sobre preço de combustível. Ele sabia que não poderia zerar os impostos sobre gasolina e diesel, mas fez um desafio como uma jogada política. Quis passar a impressão de que o presidente quer diminuir o preço e só não o faz porque os governadores não querem. Quando a situação estava em ponto de ebulição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi para uma reunião com os governadores em Brasília. Disse que entendia que eles não poderiam abrir mão dessa receita e apresentou a saída de que tudo isso fosse discutido na reforma tributária.

No fim de semana, contudo, surgiu mais uma frente de problemas com a briga entre o presidente e o governador da Bahia, Rui Costa, em torno da morte do miliciano Adriano da Nóbrega. O presidente acusou a “PM da Bahia, do PT,” de ter promovido a “provável execução sumária” e “queima de arquivo” do ex-capitão do Bope. Adriano foi duas vezes homenageado pelo então deputado, hoje senador Flávio Bolsonaro, a pedido do próprio presidente. O clima de beligerância aumentou com as notas trocadas entre eles.

Este é o momento de enviar as novas propostas de reformas e fazer andar as PECs que haviam sido encaminhadas antes do fim do ano. Na área econômica, fala-se das três PECs que já estão no Congresso como sendo uma só: a do pacto federativo. O objetivo delas seria a de redistribuir futuros recursos dos royalties do petróleo. Mas inclui várias outras medidas, como as de emergência fiscal e a extinção de fundos.

A reforma administrativa já foi mostrada aos ministros pelo secretário Paulo Uebel. O projeto estabelece novas regras apenas para o funcionalismo do futuro. O problema é que essa reforma só do futuro pode criar muitas distorções. Os que acabaram de entrar no setor público, nos últimos anos, terão um regime de trabalho totalmente diferente dos que vierem a ingressar. Poucos anos de serviço público vão separar servidores com progressões na carreira bem diferentes. Ela foi entregue pela área econômica ao Planalto no fim do ano passado, mas o presidente considerou que diante do cenário de manifestações populares no Chile era melhor esperar. Agora, o envio tem sido adiado por vários pretextos, mas o presidente passou a dizer que nos próximos dias encaminha.

Na fila, aguardando, está a reforma tributária. A proposta do Ministério da Economia é mandar apenas a fusão do PIS e da Cofins para depois se “acoplar”, como se diz no governo, com a reforma do ICMS. Só num terceiro momento é que se incluiria o IPI. A explicação dada no Ministério da Economia é que o projeto está todo pronto, mas será enviado em fases. O governo não quer discutir o ISS agora porque considera que a negociação com mais de cinco mil prefeitos seria impossível neste momento. Depois de toda a unificação dos impostos sobre consumo é que seria apresentada a do Imposto de Renda, que reduzirá o imposto cobrado das empresas e passará a recolher tributos sobre dividendos.

O que se defende na área econômica é que tudo seja feito paulatinamente, evoluindo em etapas para um novo regime tributário. O problema é que o Congresso já está adiantado, criando uma comissão mista para discutir as duas propostas de reforma tributária. A agenda de reformas este ano é complexa. O clima de confronto federativo, provocado em grande parte pelo próprio presidente, pode tornar ainda mais difícil sua tramitação.

Bolsonaro cria um clima de conflito com os governadores no momento em que o governo prepara o envio de reformas ao Congresso

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/02/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Reforma administrativa deve ser enviada ao Congresso até quinta

Presidente vai avaliar hoje o texto, com alterações feitas pela equipe econômica: 'Espero que esta semana essa criança nasça'



Projeto. Plenário da Câmara: Bolsonaro prometeu enviar proposta de reforma administrativa “o mais rápido possível”

Anova versão da proposta de reforma administrativa, que mexe na estrutura do funcionalismo público, poderá ser enviada ao Congresso até quinta-feira. Fontes do Palácio do Planalto, porém, não descartam a possibilidade de o texto ser divulgado ainda hoje. Uma nova versão da proposta será apresentada hoje ao presidente Jair Bolsonaro, que avaliará as alterações feitas pelo Ministério da Economia. Ontem, ele se reuniu no Palácio do Planalto com o ministro da pasta, Paulo Guedes, para discutir detalhes do texto.

— Sempre tem um acerto, um pequeno acerto a mais pra fazer. Amanhã a previsão é, à tarde, eu ser apresentado à nova proposta. Espero que esta semana nasça essa criança aí, que está demorando muito para nascer. Tá parecendo filhote de elefante, não é dois anos a gestação de elefante? — disse Bolsonaro, no fim da tarde.

Pela manhã, o presidente havia dito que espera encaminhar a reforma administrativa “o mais rápido possível” ao Congresso, e que o governo só realizaria os concursos públicos “essenciais”. Já à tarde, depois de se encontrar com Guedes, ele disse que está na “iminência” de mandar a reforma ao Congresso e que os atuais servidores não serão atingidos.

MUDANÇA NA ESTABILIDADE

Ao ser perguntado quais carreiras continuariam a ter estabilidade caso a reforma seja aprovada, Bolsonaro disse:

— Não vou responder, não posso responder. Nós vamos ter algumas que serão propostas por nós. E depois o Legislativo pode alterar e propor outras. Quem faz a reforma, como sempre foi, a palavra final é do Legislativo, ainda mais PEC (proposta de emenda à Constituição).

Na semana passada, depois de demonstrar desconforto com o texto elaborado pela equipe econômica, o presidente deu sinais de que poderia sequer enviar a proposta. Depois, anunciou que pretendia encaminhar ao Parlamento ainda esta semana.

A proposta de reforma administrativa do Ministério da Economia vai limitar o número de novos servidores públicos com direito a estabilidade. A medida só valerá para quem ingressar no funcionalismo após a aprovação das novas regras. Para a equipe econômica, a estabilidade só faz sentido em carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais.

No novo desenho, funcionários que ingressarem em áreas técnicas, como auxiliares administrativos, por exemplo, não terão direito ao benefício. Também está definido que o tempo para conseguir a estabilidade aumentará, dos atuais três para algo como dez anos. Hoje, a estabilidade está fixada na Constituição. O tema, portanto, será alvo da primeira etapa da reforma administrativa, que será tratado em uma PEC.

Esse primeiro texto tratará das diretrizes gerais das novas regras do funcionalismo, mas terá de ser complementado por outras normas. Entre a aprovação de leis, decretos e portarias, a expectativa da equipe econômica é que o novo arcabouço esteja em vigor até 2022.

CONCURSOS PÚBLICOS

Também ontem, Bolsonaro afirmou que, por enquanto, o governo só realizará os concursos públicos que considerar “essenciais”, a fim de evitar gastos desnecessários, que poderiam inviabilizar o pagamento dos atuais servidores.

— Se você não fizer algo, os atuais servidores vão ficar sem receber lá na frente. Então, não é travar. Os concursos públicos (vamos fazer) só os essenciais. Essa é que é a ideia — disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada.

Ontem, o jornal O Estado de S.Paulo publicou reportagem informando que o governo iria segurar os concursos públicos federais até a aprovação da reforma administrativa pelo Congresso. A avaliação é que, sem concursos e com novas aposentadorias no serviço público, haveria maior apoio à reforma administrativa.

Pouco depois, o presidente reforçou o raciocínio, dizendo que serão abertos concursos se houver “necessidade”, mas ressaltou que o governo não pode ser “irresponsável”:

— Se tiver necessidade, a gente vai abrir concurso. Mas não podemos ser irresponsáveis a tempo de abrir concursos que poderão ser desnecessários. Essa que é a ideia.

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/02/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

A irritação de Guedes



Fato: Paulo Guedes está irritado. Constatação: irrita-se com frequência crescente. Sugestão: que se atente à periodicidade dessas erupções. Tese: a irritação, que o ministro expressa em falas desastrosas, corresponde a picos de descontentamento com o governo que integra; suas declarações como transbordamentos de quando o fervo não se pode conter intramuros. Algo não flui naquele rio; talvez em decorrência do encontro das águas do liberalismo econômico com as do reacionarismo. Numa mistura em que o liberal — porque convicto de prestar um serviço maior ao país — aceita relativizar valores democráticos e supõe ser possível prescindir, ainda que momentaneamente, do liberalismo político, o esgoto sempre se impõe, escraviza e descarta. As declarações de Guedes seriam o alarme de quando a geosmina rompe —vence— o tratamento.

O ministro, porém, não é vítima. É agente. Ninguém pode aceitar que um homem experiente desconhecesse o Guandu em que aceitou nadar. Todo mundo, pois, deve se perguntar: como explicar o descarrilamento entre a propaganda de crescimento otimista para 2020 e doravante, a afirmação constante de que a economia vai bem, e os piques de mau humor de Guedes?

Há um padrão para seus arroubos de franqueza: as piores manifestações do ministro ocorrem sempre que a sua agenda de reformas é travada — deliberadamente prejudicada — pelo presidente da República. É possível também identificar o tema que mais dá concretude a esse desalinho. As três últimas vezes em que explodiu derivaram de Jair Bolsonaro boicotar a reforma administrativa.

A primeira da série remonta à virada de novembro para dezembro de 2019. Aquela fala autoritária sobre AI-5 coincidiu com o presidente trair compromisso firmado. O texto estava pronto. Avalizado pelo ministro. Havia um acordo com o Parlamento para seu encaminhamento. Tudo costurado, fiado na palavra de Guedes. Mas Bolsonaro mandou parar; falou em ajustes. Armou uma crise, instrumentalizou auxiliares, sempre Onyx Lorenzoni, para desautorizar o Posto Ipiranga e breçar o avanço do projeto — e o fez com aquela desculpa de o seu tramitar ser gatilho para a deflagração de revolta popular como a havida no Chile.

Guedes sabia se tratar de balela, não desconhecia a natureza do chefe, líder sindical cuja carreira se constituíra por meio da defesa dos interesses corporativos de servidores públicos; mas não deixou de estourar se valendo da linguagem bolsonarista, a de um pretenso clima de

desordem que pudesse desaguar em atos de exceção como resposta. O andamento da reforma, portanto, ficaria para 2020. Aquela desculpa lhe servia.

Há mesmo quem creia que a radicalização do discurso de Guedes —a surfada na onda do AI-5, por exemplo —tenha método; que o ministro, assim, buscaria se aproximar da ala ideológica do governo para ganhar algum fôlego. Talvez. Mas isso somente se intuísse — ao menos intuísse — o destino que os reacionários reservam aos liberais. Intuirá? Há, por outro lado, quem veja o ministro mais à vontade entre os primeiros.

O ano novo chegou. Bolsonaro deixou que circulasse a notícia de que o texto seria remetido ao Congresso na segunda semana de fevereiro, Guedes teve de se engajar nessa promessa; mas logo se soube que era falsa, conforme exprimia a mensagem presidencial ao Legislativo, na qual a reforma administrativa, que fora —para o Ministério da Economia —a mais importante depois de aprovada a da Previdência, nem sequer constava entre as prioridades. O ministro ficara novamente exposto. Veio, então, a disparada de irritação materializada na fala sobre “parasitas”, com a qual, de resto, atacando o funcionalismo público, subsidiaria a campanha dos que militavam contra seus planos, os que entraram na cabeça de Bolsonaro para lhe fornecer nova desculpa: como mexer agora com aquela categoria?

Com a reforma administrativa adiada e esvaziada, a ser enviada ao Parlamento (se for) decerto muito enfraquecida, não tardaria até que o ministro —ademais tendo de lidar com a perda de Rogério Marinho, sua Casa Civil informal — explodisse de novo, pouquíssimo depois, dessa vez para propor a reflexão sobre real desvalorizado e o fim da festa de empregadas domésticas na Disney.

Outra tese: a irritação de Guedes também como mostra de uma noção particular de tempo; de tempo curto. De quem tem pressa, tanto mais em ciclo eleitoral. De alguém que sabe, conhecendo a pouca convicção do presidente, que precisa entregar logo; que tem consciência de que é a projeção—a esperança —de crescimento, de geração de empregos, o que o mantém protegido. Até quando?

O estrilar de Guedes, afinal, é o apito — o instinto de sobrevivência — que nos informa sobre a impossibilidade de se reformar estruturalmente o Estado sobre um solo de instabilidade, tanto mais se a imprevisibilidade é forjada por aquele que lhe garante o emprego. Bolsonaro é o limite. O ministro não se poderá dizer surpreendido.

Movimento defende desoneração da folha e critica proposta de reforma da Câmara

Grupo formado por entidades como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação Nacional de Serviços, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Instituto Brasil 200 também é a favor da cobrança de um imposto sobre movimentação financeira

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

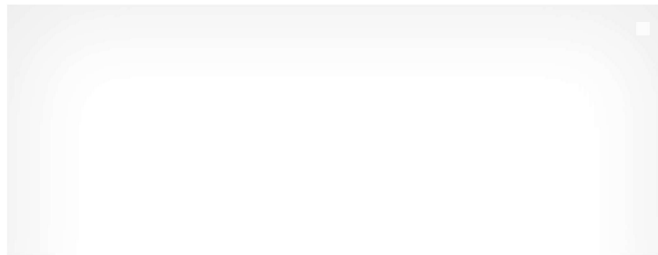
18/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal: defesa de medidas que ajudem a reduzir o contencioso tributário — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Enquanto a formação de uma comissão mista para reforma tributária está sendo negociada no Congresso, entidades que reúnem empresas do comércio e de serviços lançaram ontem um movimento para fazer frente especialmente à PEC 45 e também à PEC 110, que tramitam, respectivamente, na Câmara e no Senado.

O Movimento de Entidades e Lideranças defende a desoneração de folha de pagamento e a cobrança de um imposto sobre movimentação financeira.



Integram o movimento a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação Nacional de Serviços, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Instituto Brasil 200, entre outros. Além de representantes dessas entidades, participaram do lançamento do movimento ontem os ex-secretários da Receita Federal Everardo Maciel e Marcos Cintra, o empresário Flávio Rocha, da Riachuelo, e o senador Major Olímpio (PSL-SP).

Para Cintra, as duas PECs que estão no Congresso não possuem os três requisitos básicos para a reforma. Ambas propõem a criação de um novo tributo sobre consumo, com natureza de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria tributos federais além do ICMS estadual e do ISS municipal.

Cintra defende que o primeiro requisito não contemplado é que o tributo a ser criado precisa ser moderno, o que não seria o caso do IVA. “Na era digital estamos dando espaço para tributos ultrapassados.” O segundo requisito, defende, é que o tributo seja justo. “Reforma tem que ser equânime, não pode jogar o peso em determinados setores.” As propostas em tramitação, segundo ele, trazem peso desproporcional sobre o setor de serviços. Além disso, avalia, um dos setores mais prejudicados será o do agronegócio, o que trará impactos para vários produtos que são comercializados internamente e também são exportados.

Everardo Maciel, sócio da Logos Consultoria, destaca igualmente o impacto sobre o agronegócio. Segundo ele, cerca de 1 milhão de produtores podem ser atingidos pela mudança da PEC 45. São produtores, diz, que têm margem de lucro de 1% a 2% e passarão a ser tributados a 20%, perdendo possibilidade de tomar crédito.

Everardo voltou a dizer que a proposta segue uma “agenda oculta”. Segundo o ex-secretário, os aumentos de carga podem chegar a 600% para alguns segmentos. Outros seriam beneficiados, como o financeiro. “É um setor que passa por muita dificuldade no Brasil e precisa de ajuda”, ironizou.

Ele voltou a defender em discurso no evento que é preciso reduzir o contencioso tributário, que hoje chega perto de R\$ 3,5 trilhões. A PEC 45, diz Everardo, vai em sentido contrário e introduziria 40 conceitos novos no atual arcabouço tributário. “Quantos anos levará para a jurisprudência pacificar isso?”, questionou.

Luigi Nese, presidente da CNS, diz que uma proposta deve ser levada no âmbito do Movimento de Entidades e Lideranças para discussão no Senado. A CNS defende a substituição da contribuição patronal de 20% sobre folha, da contribuição ao Incri e do salário-educação por um tributo de 0,81% sobre movimentação financeira no saque. A tributação também propicia, segundo Nese, a queda em três pontos percentuais da contribuição devida pelos trabalhadores, que ficaria entre 5% e 8% conforme a faixa salarial.

A PEC 45 e a PEC 110 querem “aperfeiçoar o obsoleto”, diz o senador Major Olímpio. Segundo ele, as duas propostas deverão trazer aumento de carga tributária em vários setores, como educação, segurança e limpeza. O impacto sobre os serviços médicos, diz Olímpio, deve ser de 17%, e sobre academias de ginástica, 40%. De acordo com ele, é preciso que haja maior discussão sobre as propostas e que seja esclarecido o impacto delas. Para ele, o melhor caminho seria o imposto único, que aumentaria base de contribuição e evitaria sonegação. O senador destacou ainda que o governo federal tem demorado para enviar a sua proposta de reforma tributária, já que a discussão sobre as propostas que estão no Congresso já acontece há cerca de um ano.

Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, defendeu uma reforma tributária justa, que não sobrecarregue setores essenciais da economia. Ao falar do impacto tributário da PEC 45, disse que, se for implementada como está, serviços essenciais como de consultórios médicos teriam aumento de carga tributária de 400%, e escolas, de 311%.

Alfredo Cotait, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), diz que o movimento tem como objetivo ampliar a discussão da reforma tributária e deixar claro os impactos negativos das propostas que tramitam atualmente na Câmara dos Deputados e no Senado. Segundo Cotait, os setores de comércio e serviços são a favor de uma reforma, mas de mudanças que tragam maior competitividade. “Queremos simplificação tributária, queremos eliminar obrigações acessórias, queremos desoneração da folha de pagamentos para melhorar condições de emprego.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Entidades querem suspensão de alíquotas da Previdência

Categorias do meio jurídico tentam evitar entrada em vigor de novos valores no dia 1º de março

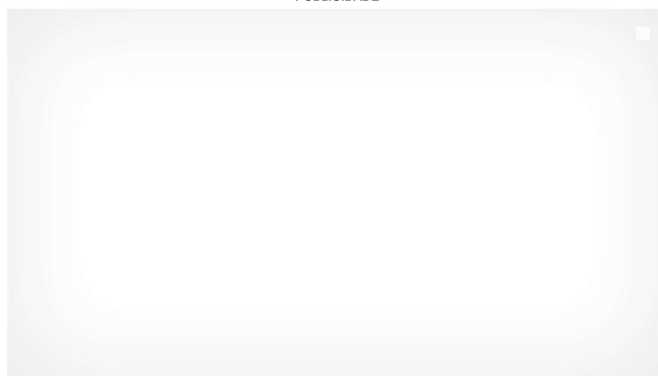
Por Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

18/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Entidades que representam categorias do meio jurídico voltaram a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja dada uma liminar para suspender as novas alíquotas de contribuição aprovadas pela reforma da Previdência que entram em vigor a partir de 1º março. As ações que questionam o tema estão sob a relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que já afirmou que pretende liberar o caso para a pauta ainda este semestre.

Para as associações, a nova regra é tratada como um “confisco”. “O efeito perverso é que 46,5% de parcela expressiva dos subsídios dos membros da magistratura e do Ministério Público serão consumidos por tributação (podendo ser mais, se instituídas as contribuições extraordinárias), dada a cobrança simultânea do Imposto de Renda. Isso sem contar a tributação sobre o consumo e a propriedade que, no somatório com a exação sobre a renda, devora mais de 50% dos rendimentos dessa classe”, diz a petição.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

De acordo com as regras aprovadas pelo Congresso no ano passado, as alíquotas podem chegar a 22% no caso dos servidores federais que recebem acima do teto do funcionalismo público de R\$ 39 mil mensais. A mudança foi defendida pelo governo sob o mote de “quem ganha mais paga mais” com o objetivo de ampliar as cobranças sobre altos salários do serviço público.

O recurso impetrado foi na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Outras três ações também questionam as novas regras da Previdência.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Chegou a SumUp Total
SUMUP

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Sua casa com um cheiro incrível - é assim que se faz!
HAPPY-TRICKS.COM

Governo conclui exame da reforma administrativa

Ministro Luiz Eduardo Ramos diz que texto deve ser enviado ao Congresso nesta quinta-feira

Por Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

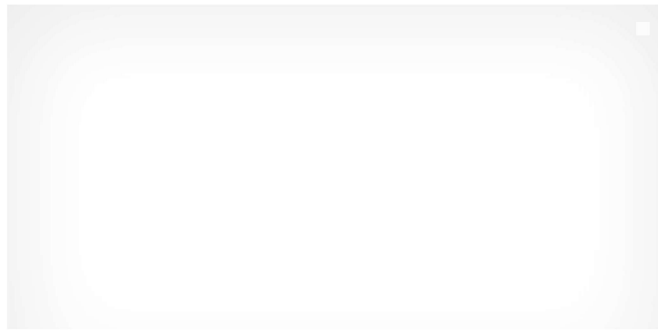
18/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Ramos: "A proposta já está debatida, estudada, analisada. O ponto principal é a valorização do funcionário público" — Foto: Cláudio Belli/Valor

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a reforma administrativa está "madura" para ser enviada ao Congresso, restando apenas "algumas alterações". Mais tarde, em conversa com o **Valor**, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, disse acreditar que o texto chegará ao Legislativo na próxima quinta-feira.

Responsável pela articulação política do governo, Ramos afirmou que a proposta será debatida amanhã, durante reunião ministerial no Palácio da Alvorada.



“Eu espero que o mais rapidamente possível encaminhe, vou conversar hoje com o Paulo Guedes. Eu acho que a reforma administrativa está madura para ser apresentada”, disse Bolsonaro pela manhã na residência oficial.

O presidente comentou a possibilidade de a reforma destravar a abertura de concursos públicos, dizendo que por enquanto só serão feitos “os essenciais”.

Sobre a possibilidade de congelar os concursos até a aprovação da reforma, Bolsonaro afirmou que o governo fará “só os essenciais”. Auxiliares do presidente vêm dizendo que a abertura de novos concursos só será viável depois da aprovação da reforma administrativa e da chamada PEC Emergencial - que permitirá ao governo, entre outras coisas, cortar o ponto e os salários de servidores em caso de aperto fiscal.

“É um peso muito grande o serviço público no Brasil. Vocês devem se lembrar da promulgação da Constituição, a quantidade de ‘trens da alegria’, isso inchou os quadros”, afirmou Bolsonaro. “Se não fizer algo, atuais servidores vão ficar sem receber lá na frente. Então não é travar. Concursos públicos, só os essenciais, essa que é a ideia.”

Bolsonaro afirmou ainda que o governo abrirá concurso “se tiver necessidade”. “Mas não podemos ser irresponsáveis a ponto de abrir concursos que poderão ser desnecessários”, disse.

Ele defendeu que a reforma discuta a “extinção de profissões” que não precisam mais existir. Mas ponderou que as chamadas carreiras típicas de Estado devem continuar a ter estabilidade.

“Hoje em dia, acabou datilógrafo. E repito, atuais servidores não vão perder nada”, disse. “Reconheço o trabalho do servidor público, temos as carreiras de governo, típicas de Estado, entre as Forças Armadas, Polícia Federal, Rodoviária, Receita, CGU, entre outras, têm que ter estabilidade.”

O ministro Ramos, por sua vez, confirmou ao **Valor** que tópicos como avaliação de desempenho e capacitação dos servidores serão tratadas no texto.

“A proposta já está debatida, estudada, analisada”, disse Ramos. “O ponto principal, o espírito da reforma é a valorização do funcionário público.”

O plano desenhado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê a aprovação de uma PEC com princípios gerais da reforma administrativa. Nesse texto, entraram temas como a estabilidade para novos contratados em carreiras típicas de Estado. Já a delimitação das carreiras a se enquadrarem nessa definição será tratada posteriormente, em legislação infraconstitucional. Porém, mesmo esses funcionários deverão passar por um estágio que antecede a estabilidade - a ideia na mesa é que prazo seja de dez anos.

A proposta, além disso, afetará somente servidores civis, deixando de fora os militares.

Outra ideia em discussão são novas possibilidades de contratação de servidores além do Regime Jurídico Único (RJU), cuja marca é a estabilidade para todo o funcionalismo.

Uma hipótese é permitir diversas formas de contratos temporários. Também está em discussão a contratação de servidores por prazo indeterminado e sem estabilidade, de maneira semelhante aos contratos CLT.

O governo quer também enxugar a profusão de planos de carreira. Hoje, são 319 planos e 440 rubricas, sendo que 369 não têm equivalência no setor privado.

Há preocupação do governo, no entanto, sobre as possibilidades de aprovação da reforma neste ano de eleições municipais. Além de contrariar interesses nas bases nos municípios, muitos deputados devem sair candidatos a prefeito.

Maia lança ofensiva contra críticos de mudança tributária

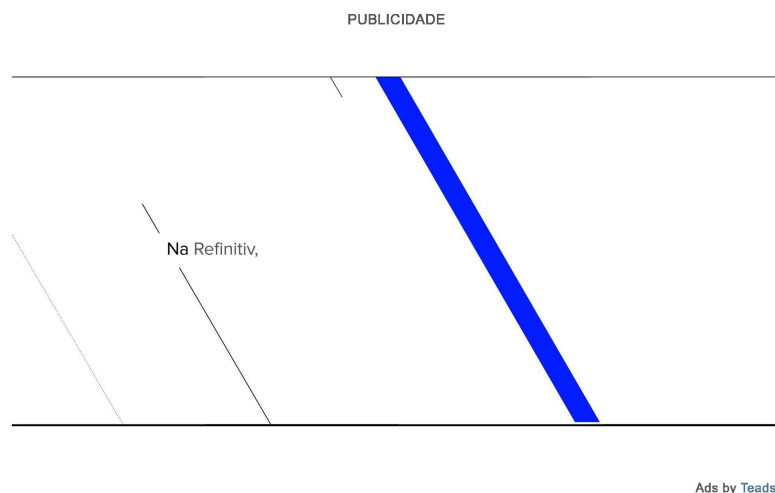
Presidente da Câmara rebate ataques de empresários do setor de serviços ao projeto

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

18/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lançou ontem uma ofensiva para rebater os ataques de empresários do setor de serviços ao projeto de reforma tributária encampado por ele e, em vídeo nas redes sociais, defendeu que o texto trará mais justiça com a redução de impostos sobre produtos e aumento sobre os de serviços.

No vídeo, o narrador diz que “alguns donos do poder decidiram financiar a indústria das fake news para confundir a sociedade”, mas que a reforma tem o potencial de criar 300 mil empregos por ano e aumentar os investimentos privados em 35% na próxima década, segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).



O narrador defende que a proposta de emenda constitucional (PEC) 45, em discussão na Câmara, fará “quem ganha mais pagar mais” impostos. “Já que as alíquotas de mercadorias são mais altas que as de serviço, e os pobres consomem mais mercadorias do que serviços, o pobre é mais tributado que o rico. Você acha isso justo?”, diz o narrador.

No fim do vídeo, Maia reitera que não endossa a criação de um novo imposto sobre movimentações financeiras para desonerar a folha de salários das empresas, como defendido por parte do governo Bolsonaro e pelo setor de serviços. “A única certeza que eu tenho é que não vamos retomar a CPMF em hipótese nenhuma”, afirmou o presidente da Câmara.

O vídeo, conforme antecipado pelo **Valor**, é uma contraofensiva de Maia e dos articuladores da reforma para rebater os ataques do setor de serviços, que, junto com o Movimento Brasil Livre (MBL), tem divulgado vídeos e imagens nas redes sociais dizendo que as mudanças aumentarão o preço de itens como educação, saúde, transportes e cesta básica.

A peça publicitária, lançada pelo canal “Centro - Brasil em Movimento”, foi preparada pelo grupo de partidos que dá sustentação ao presidente da Câmara, numa estratégia para “repaginar” o “Centrão” - agrupamento de siglas partidárias que costuma fazer parte da base aliada de todos os governos desde a redemocratização.

Um dos principais alvos da irritação de Maia, segundo o **Valor** apurou, é o empresário Flávio Rocha (Republicanos), dono da Riachuelo e fundador do Brasil 200, que reúne empresários, a maioria do setor de comércio e varejo, para defender pautas liberais na economia. Esse movimento é um dos principais responsáveis pela campanha contrária à reforma.

A eficácia da campanha pró-reforma, contudo, ainda terá que ser testada. Até a noite de ontem, menos de mil pessoas tinham visto o vídeo divulgado por Maia. Uma entrevista publicada pelo MBL com um empresário contrário ao texto teve mais de 40 mil visualizações em três dias.

Ao divulgar o vídeo pelo Twitter, Maia afirmou que “vivemos um momento único para aprovar as reformas que o país tanto precisa”, mas que há grupos usando informações falsas para confundir a sociedade. “O Parlamento está sempre aberto para ouvir e realizar um debate baseado em fatos. Não vai ser na base da mentira, da chantagem e da agressão que vamos ceder e deixar de fazer o que é correto pelo Brasil”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou a SumUp Total
SUMUP

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto
COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ronaldinho Gaúcho vira réu em ação que pede R\$ 300 milhões por pirâmide de criptomoedas

VALOR INVESTE

Depois de atingir R\$ 4,38, dólar cai após Banco Central vender moeda no mercado

VALOR INVESTE

Cai para três número de casos suspeitos de coronavírus no Brasil

Plano de ES e MG prevê investimento de R\$ 57 bi

Previsão é que recursos venham da União, dos dois Estados e, especialmente, da iniciativa privada

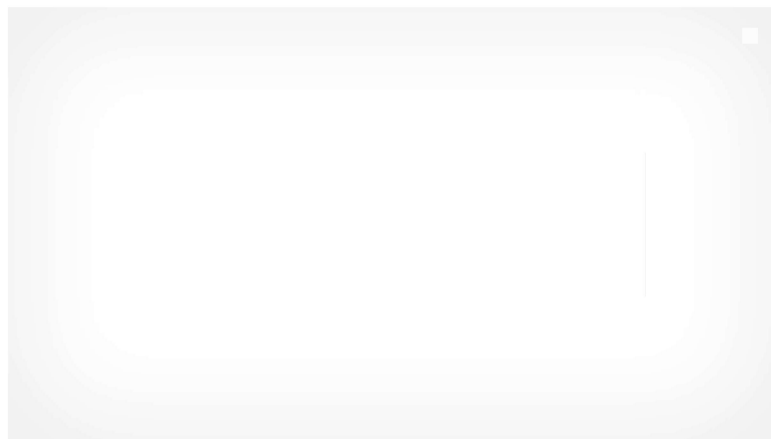
Por **Marcos de Moura e Souza** — De Belo Horizonte

18/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), apresentaram ontem um conjunto de projetos que, segundo eles, pode atrair mais de R\$ 50 bilhões em investimentos nos próximos anos. Na lista, estão rodovias, ferrovias, obras de saneamento e um novo gasoduto.

A previsão é que os recursos venham da União, dos dois Estados e, especialmente, da iniciativa privada. Só a renovação da concessão da linha férrea Vitória-Minas - nas mãos da Vale - renderá, de acordo com o plano, investimentos de R\$ 8,8 bilhões.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Mais R\$ 3,1 bilhões em investimentos são mencionados no estudo como parte da renovação da concessão de um trecho da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) que passa por Minas. A FCA é operada pela VLI, cuja principal acionista é a Vale.

O contrato de concessão da primeira vence em 2027, e o da segunda, em 2026. Mas um projeto de lei antecipou a possibilidade de renovação mediante o pagamento de outorga pelas empresas. O tema está sob análise do Tribunal de Contas da União. Os Estados contam que parte dos recursos dessas outorgas seja usada como investimentos.

O chamado plano estratégico de desenvolvimento de Minas e Espírito Santo inclui também uma proposta de autorização para construção de um novo duto entre a Baía de Campos e o capixaba Porto Central; e também fala em autorização para construção de um novo gasoduto entre o porto e Belo Horizonte. As duas iniciativas poderiam representar investimentos de R\$ 8,9 bilhões.

No caso de duas rodovias federais, a 381 e a 262, Minas e Espírito Santo cobram da União obras e concessão à iniciativa privada.

A intenção dos dois governadores é mobilizar suas bancadas no Congresso em favor de decisões de Brasília que ajudem a destravar algumas das ações.

“Alguns projetos dependem de investimentos, mas outros dependem simplesmente de vontade política, de mudança na regulamentação”, disse Zema.

Quanto ao interesse de investidores privados, afirmou: “Existe hoje no mundo excesso de liquidez, com taxas de juros negativas, e muitos investidores internacionais procuram oportunidades de investimentos”.

Ao todo, o plano, que deve ser apresentado ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, estima investimentos nos dois Estados de R\$ 56,5 bilhões, mais de 50 mil postos de trabalho e R\$ 7,7 bilhões em impostos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto
COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Políglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Número de casos de coronavírus em navio no Japão chega a 355

VALOR INVESTE

Ronaldinho Gaúcho vira réu em ação que pede R\$ 300 milhões por pirâmide de criptomoedas

VALOR INVESTE

Mortes por coronavírus sobem para 1.384 na China

Mais do Valor Econômico

CCP espera fechar aquisições de escritórios em 2020

Compras de ativos pelo braço de imóveis comerciais da Cyrela vão se concentrar em segmento triple A na cidade de São Paulo

18/02/2020 10:54 — Em Empresas



Por Francisco Góes

Francisco Góes é chefe da Redação no Rio

O Brasil e o imposto sobre os combustíveis

Greve dos petroleiros é o motivo mais recente de preocupação na área de energia no país

18/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Composição dos preços dos combustíveis

Em R\$ x litro e percentual*

Gasolina C

Preço final: 4,555

Gasolina A	R\$ 1,404 (30,8%)
Etanol anidro	R\$ 0,593 (13%)
Tributos federais	R\$ 0,687 (15,1%)
Tributo estadual	R\$ 1,256 (27,6%)
Margem distribuição + custos transporte	R\$ 0,17 (3,7%)
Margem revenda	R\$ 0,446 (9,8%)

Diesel S-500

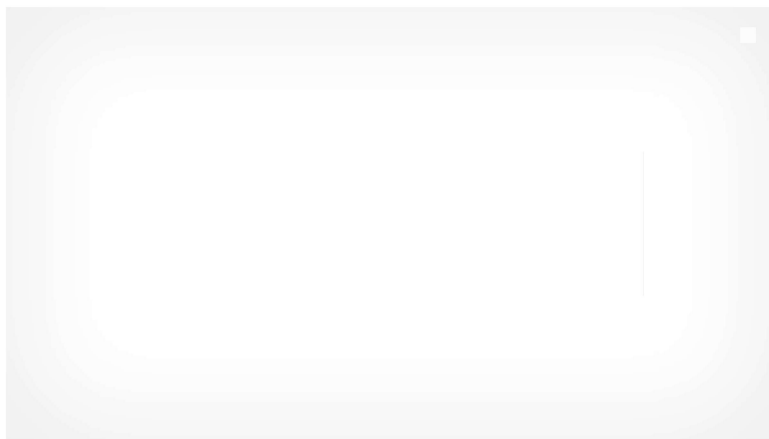
Preço final: 3,751

Diesel A	R\$ 2,007 (53,5%)
Biodiesel	R\$ 0,322 (8,6%)
Tributos federais	R\$ 0,329 (8,8%)
Tributo estadual	R\$ 0,526 (14%)
Margem distribuição + custos de transporte	R\$ 0,204 (5,4%)
Margem revenda	R\$ 0,363 (9,7%)

Fonte: Relatório do mercado de derivados de petróleo, MME. *Composição do preço ao consumidor, dezembro de 2019. Média Brasil.

A greve dos petroleiros chegou ontem ao 17º dia com novas adesões. No começo da noite, porém, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, declarou a greve ilegal. Uma vez conhecido o despacho, os sindicalistas se reuniram para avaliar os rumos do movimento, sem decisão até a conclusão desta edição. Pela manhã, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, reiterou que não havia impactos na produção e no abastecimento.

Ele descartou que a continuidade da greve possa levar ao aumento dos preços dos derivados. Afirmou que em uma eventual hipótese de redução da oferta nacional, o que não está previsto, e do aumento da importação os preços nas refinarias da Petrobras seguiriam a paridade com o mercado internacional e a variação do câmbio, como acontece hoje, e concluiu: "Não há expectativa de qualquer impacto em preço". Na semana passada, em ofício ao TST, Oddone havia alertado para o risco de a greve levar ao desabastecimento caso perdurasse por mais tempo.



Ads by Teads

País vai precisar fazer opção na reforma tributária

A greve dos petroleiros tornou-se motivo de preocupação da ANP, que regula o setor de combustíveis no país, sujeito, desde o começo do ano, a alguns solavancos. Nos primeiros dias de janeiro, a crise entre Estados Unidos e Irã, motivada pela morte do general Qasem Soleimani, provocou incertezas sobre possível disparada nos preços do petróleo. Depois, o mundo tomou conhecimento da epidemia de coronavírus na China e os preços da commodity recuaram. Nesse período, a Petrobras fez quatro reajustes nas refinarias, mas a queda nos preços não chegou até as bombas dos postos.

No começo de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro estrilou: “Estou aqui fazendo papel de otário. Quando é que vai baixar na bomba para o consumidor?.” Ele desafiou os governadores a zerar o ICMS sobre os combustíveis dizendo que faria o mesmo com os tributos federais. Houve reação negativa dos governadores, uma vez que o ICMS sobre os combustíveis é a principal fonte de receita de muitos Estados às voltas com a crise fiscal (no Rio, representa 12,7% da arrecadação).

Embora tenha errado na forma sugerindo algo impossível de se fazer (zerar os tributos), Bolsonaro acertou ao levantar um tema importante: o peso dos impostos sobre o preço dos combustíveis. Coube ao ministro Paulo Guedes acrescentar, dias depois, que a questão será tratada na reforma tributária. Oddone costuma dizer que os preços dos combustíveis são formados por três variáveis: a commodity, a margem de distribuição e de revenda, incluindo custos logísticos, e os impostos (*ver tabela*). A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) inclui um quarto elemento: a adição de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente.

Oddone disse que a solução para o problema dos combustíveis no Brasil passa por ter competição na commodity e na distribuição e por enfrentar a questão tributária com “inteligência”. Na commodity, a Petrobras passou a seguir os preços internacionais. A petroleira usa dados da GlobalPetrolPrices para demonstrar que os preços da gasolina e do diesel no Brasil estão abaixo da média mundial. No diesel, entre 163 países pesquisados, o Brasil ocupa a 58ª posição (105 países possuem preços mais elevados). Na gasolina, o Brasil está na 80ª posição (outros 83 países têm preços mais altos).

Na distribuição, Oddone defende o fim de restrições, como a proibição da venda direta de combustível da refinaria para os postos. Essa proibição não faz sentido pois os volumes de venda direta não seriam relevantes, disse. A proposta enfrenta resistência das distribuidoras. Para o consultor Adriano Pires, a venda direta de combustível causaria insegurança no abastecimento, provocaria perda de qualidade do produto e estimularia a sonegação. “Defendo uma maior competição na distribuição de combustíveis”, rebateu Oddone.

Tanto ele como importadores e distribuidores estão de acordo em um ponto: seria melhor que o ICMS fosse cobrado na forma de um valor fixo em reais por litro, em vez de um percentual sobre o preço do produto na bomba, como é hoje. Essa fórmula garantiria estabilidade na arrecadação e não seria fator de volatilidade no preço final, disse Oddone. Outro problema, afirmou, está na diferença do ICMS cobrado pelos Estados, o que seria “convite” à sonegação.

O secretário da Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, disse que não há possibilidade de o Brasil ter alíquota única de ICMS porque cada Estado tem uma realidade. Ele mostrou-se cético sobre eventual mudança na sistemática de

cálculo do imposto. Lembrou que na crise do Irã, em janeiro, o Rio manteve inalterada a base de cálculo sobre os combustíveis e, mesmo assim, o preço subiu na bomba. “O fato de a refinaria reduzir seu preço de venda para a distribuidora não significa que o preço vai cair na bomba porque os elos intermediários podem se apropriar da margem.” Para ele, a tributação sobre os combustíveis tem que ser tratada na reforma tributária como um todo, e não separadamente. Adriano Pires acredita que o governo seria favorável, na reforma, à redução de impostos sobre a gasolina e o diesel. Para ele, porém, o imposto sobre o combustível não pode seguir o padrão europeu, mais alto como forma de atender exigências ambientais, nem a tributação dos Estados Unidos, mais baixa do que a praticada no Brasil. “Para onde queremos ir? É uma opção de país”, questiona.

Francisco Góes é chefe da redação no Rio.

E-mail: francisco.goes@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Levante | Investa melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet

MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Número de casos de coronavírus em navio no Japão chega a 355

VALOR INVESTE

Ronaldinho Gaúcho vira réu em ação que pede R\$ 300 milhões por pirâmide de criptomoedas

VALOR INVESTE

Mortes por coronavírus sobem para 1.384 na China

Mais do Valor **Econômico**

CCP espera fechar aquisições de escritórios em